

**A COMUNICAÇÃO DOS PORTUGUESES COM AS
POPULAÇÕES AFRICANA, ASIÁTICA(S) E
BRASILEIRA, AQUANDO DA ÉPOCA
DOS DESCOBRIMENTOS / «ACHAMENTOS»**

Paula Isabel Querido
Universidade de Vigo
paulaquerido4@sapo.pt

[Recibido: 08/01/14; aceptado: 06/06/14]

Resumo

Neste ensaio, dá-se destaque à expansão da língua portuguesa a par com a descoberta de novos mundos, enfatizando-se os tipos de comunicação adotados pelos mareantes, que desbravaram mares e continentes mal conhecidos dos europeus. No ponto 1, numa pequena resenha, aborda-se o que e como foram os primeiros contactos linguísticos entre gentes, ou civilizações, que quase nada tinham em comum, mormente nas línguas faladas. No ponto 2, para além da expansão da língua portuguesa, dá-se destaque a uma língua em formação —ou meia-língua— a aljama, base de entendimento entre cristãos e moiros, ao papel dos intérpretes, e ao aparecimento dos pidgins. No ponto 3, destaca-se a mudança brusca acontecida na comunicação verbal após a passagem do cabo Bojador, a necessidade de ‘escolarização’ de intérpretes nativos das regiões encontradas, e, sobretudo, as dificuldades acontecidas na competição entre a língua portuguesa e as asiáticas. No ponto 4, fala-se na posição, mais difícil, dos contactos entre os portugueses e os povos das terras

de Santa Cruz (Brasil), gentes de muitas línguas. No ponto 5, faz-se a apologia da língua portuguesa, 'forjada e trabalhada durante mais de um milénio por experiências coletivas' e espalhada por todos os continentes.

Palavras-chave: descobertas, língua portuguesa, comunicação, línguas nativas, contactos linguísticos, intérpretes, ensino, África, Ásia, Brasil.

Abstract

This paper reflects on the expansion of the Portuguese language side by side with the discovery of new worlds, focusing on the types of communication adopted by the explorers, who conquered seas and continents unknown to the Europeans. Point one deals with the first linguistic contacts between peoples, or rather civilizations, who had nothing in common. Point two, besides considering the expansion of the Portuguese language, centers on a developing language or half-language: the *aljamia*, basic for the understanding between Christians and Muslims; it also focuses on the role of interpreters and the birth of pidgins. Point three analyzes the abrupt change in verbal communication after passing the Cape Bojador, the need for forming native interpreters in the newly-found regions and the competition between Portuguese and the Asiatic languages. Point four presents the difficult contact between the Portuguese explorers and the peoples of Santa Cruz (Brazil), who had many languages. Point five is a vindication of the Portuguese language, "forged and wrought for more than a millennium by collective experiences" and disseminated throughout the continents.

Key words: discoveries, Portuguese language, communication, native languages, linguistic contacts, interpreters, formation, Africa, Asia, Brazil.

1.

O Gama e o Catual iam falando
Nas cousas que lhe o tempo oferecia;
Monçaide, entre eles, vai interpretando
As palavras que de ambos entendia.
Os Lusíadas, VII-46

De todos os bens materiais e espirituais que os nossos avoengos nos legaram, do jogo complexo de usos e costumes que constituem a herança social, nenhum é tão expressivo quanto a língua; nenhum tem mais largo emprego, nenhum nos repassa mais profundamente. Transportamos o idioma nos ossos, no sangue e na carne. Tão intimamente ligado está ao ser humano que o fala, que lhe segue o destino, acompanhando-o tanto nos bons como nos maus momentos. Não se estanha, por conseguinte, que o idioma português haja seguido, *paripassu*, as pisadas dos nautas na concretização de um sonho; fez-se parte integrante da aventura; e revigorou-se.

A Língua Portuguesa zarpou, lançou-se mar adentro, buscando, num rumo meridional, novos horizontes, e encontrando nelas a direção dos outros pontos cardeais.

O seu destino era a Índia —ou as Índias— o que aconteceu. Mas, depois, ainda houve o Brasil.

Bartolomeu Dias *dobrara* o cabo a que chamou das Tormentas e regressara a Lisboa para dar a novidade ao rei D. João II, que chamara a si o delinear do projeto para se encontrar o caminho marítimo para Índia, com vista à redução dos custos das trocas comerciais com a Ásia e a tentativa de monopolizar o comércio das especiarias. Não hesitou, por isso, em alterar o nome do cabo que passou a ser da Boa Esperança. Não viu, todavia, o seu sonho concretizado: a *fortuna* caberia ao seu sucessor, o rei D. Manuel I. Mantendo o plano gizado pelo seu antecessor, o *Venturoso* —cognome por que ficou conhecido na História— mandou aparelhar as naus e escolheu Vasco da Gama, cavaleiro da sua casa, para capitão da armada, que partiu do Tejo a 8 de julho de 1497, e aportou a Calecute¹ em 20 de maio de 1498. Além da tripulação, seguiram também cartógrafos, navegadores, pilotos, um mestre, especialistas em línguas (quatro africanos peritos em idiomas da costa ocidental africana, três portugueses falantes de línguas banto e árabe), entre os quais Fernão Martins e Martim Afonso de Sousa,

1 Em malaiala, Kozhikode, (Kerala, Índia).

dois frades, e alguns *degradados* a *usar* nos primeiros contactos, num total de cento e setenta pessoas. Dois anos após a partida, a 10 de julho de 1499 aportou a Lisboa a primeira embarcação da armada, a nau Bérrio. Vasco da Gama, porém, só chegou a Portugal em setembro. Com a viagem, estava consagrado um dos questionados projetos dos descendentes de D. João I em técnicas e instrumentos próprios da arte de navegar, construção de navios, e ações de um empreendimento colonial cujo embrião se pode equacionar a partir da conquista de Ceuta, em 1415, no norte africano.

Todavia, muitas das viagens à África não pressupunham objetiva ou unicamente tanto o estabelecimento de relações comerciais como a procura de escravos como força de trabalho, mas tão-somente a obtenção de intérpretes —também escravos em grande medida— que viabilizassem a subsequente continuidade do estabelecimento de uma rota marítima até à Índia, país fornecedor de especiarias tão caras à Europa “civilizada”, um caminho seguro que permitisse às caravelas competir com as cáfilas do norte de África, detentoras que eram da hegemonia dos negócios com o Oriente.

É, seguramente, nesse sentido, a carta do infante D. Henrique a Gomes Eanes de Zurara (1994: 57) aquando da terceira viagem ao cabo Bojador, em 1436:

[...] é minha [in]tenção de vos enviar lá outra vez em aquele mesmo barinel,² e assim, por me fazerdes serviço como por acrescentamento de vossa honra, vos encomendo que vades o mais avante que poderdes e que vos trabalheis de haver língua³ [nesse caso *um língua*, intérprete] dessa gente, filhando algum, por que o certamente possaes saber [...].

Uma série de procedimentos levada a cabo pela monarquia portuguesa, ligados ao comércio, ao reconhecimento do litoral (terras e gentes), às tentativas de estabelecimento de formas de comunicação com os nativos encontrados, etc., começam a configurar um *modus operandi* de ações que procuravam viabilizar a expansão em

2 *Barinel*: embarcação mista a remos e vela latina. As primeiras incursões pela costa ocidental africana foram feitas em barcas e barinéis. Seguiram-se as caravelas, as naus e os galeões

3 Os primeiros contactos eram assegurados por intérpretes políglotas, os chamados “lingoas”.

África, deixando, assim, transparecer dois dos motes básicos do período: a produção e recolha de informações sobre o *novo* (lugares e povos) “transmitidas [e circulantes] direta ou indiretamente a círculos de elite europeia”(Barreto:59-60) e a inventiva de técnicas de comunicação e tradução entre línguas, de elementos de ordem material e de estruturas socioculturais diversas; elementos indissociáveis de um império, ainda que timidamente, já em construção: a propagação da fé e a ação civilizadora. Embora a questão da tradução, e mesmo a associação entre expansão da fé e do império, estivessem mais visíveis no século XVI, muitas das bases destas ações são lançadas nos procedimentos e nos discursos sobre o *outro* produzidos no Quatrocentos, como aponta Maria Leonor Carvalhão Buescu (1991: 11).

A questão da comunicação com os grupos populacionais contactados foi, assim, fundamental, tanto para o conhecimento dos territórios progressivamente encontrados como, em sequência, para as atividades missionárias que acompanharam o processo de expansão de Portugal, e, mais tarde, de outros países europeus, nomeadamente Espanha.

A descoberta e a conquista do périplo africano pressupuseram, assim, o domínio cartográfico de uma nova territorialidade, o conhecimento de populações costeiras e das suas línguas. Nos finais do século XV, os portugueses já haviam desenvolvido um programa ousado —talvez avançado— para enfrentar e tratar, sistematicamente, as dificuldades de comunicação com o *outro*, e, mais tarde, das próprias línguas com que, a cada passo, iam contatando. A chegada à Índia e, mais tarde, ao Brasil, foi a concretização do “sonho”, quer pela rota marítima conseguida quer pela possibilidade de entendimento através da fala. Portugal podia, assim, dominar o comércio europeu das especiarias: as caravelas vencer(i)am as cáfilas.

2.

Uma língua é o lugar donde se vê o Mundo e em que se traçam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua ouve-se o seu rumor, como da de outros se ouvirá o da floresta ou o do silêncio do deserto.

Por isso a voz do mar foi a da nossa inquietação.

Vergílio Ferreira

Antes do francês no século XVIII e do inglês no século XIX, o português foi a primeira língua mundial sob a forma de língua franca, de *pidgin* e, por fim, de crioulo.

A sua diáspora pelo mundo começou com a conquista de Ceuta (1415), seguida, passado pouco tempo, da colonização do arquipélago da Madeira (1425), e, um século depois, pelos territórios ao longo do caminho marítimo para a Índia, Brasil e outros territórios achados.

Fernando Oliveira (1975: 43), autor da primeira gramática portuguesa, dada à estampa em 1536, escreveu que “os homens fazem a língua e não a língua os homens”, e escrevia a sua gramática para ela ser também ensinada “em África, na Guiné, no Brasil e na Índia” (1975: 45).

João de Barros (1957: 391), também ele autor de uma gramática, referia, em 1539, que a língua estaria também ao serviço da expansão: “não há glória que se possa comparar aos meninos Etíopes, Persas, Indianos daquém e além do Gange, nas suas próprias terras, na força dos seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano, por esta nossa parte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nela vão escritos”, acrescentando que “As armas e padrões portugueses postos em África e na Ásia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das três partes da terra, materiais são e pode-as o tempo gastar; pero não gastará doutrina, costumes, *linguagem* que os Portugueses nessas terras deixarem”, considerando, ainda, que a língua era “todo o nosso edifício”.

A par do latim tardio e de certos dialetos, e do romance em formação, havia, comum aos ibéricos (godos-romanos), aos árabes e aos berberes, uma *meia-língua*, melhor, uma língua em formação, a que os árabes davam o nome de *aljamia* (Rodrigues, 1915-1919: 269), base de entendimento entre mouros e cristãos. E foi com ajuda destes “intérpretes” que os portugueses começaram a sua aventura, partindo da Europa rumo ao desconhecido, tateando pelas vagas do Mar das Éguas, ultrapassando o mar tenebroso, contactando as costas africanas, tentando prolongar o olhar cada vez mais para sul.

A competência destes intérpretes, porém, não iria muito além do Cabo Branco, ou talvez nem tanto. Ora, contactar com os grupos populacionais que se iam encontrando ao longo da costa

africana era fundamental para estratégia portuguesa, não só pelas perspetivas comerciais —importantes!— mas, também, por força do espírito missionário e religioso que imbuía os fins da expansão. Foi, aliás, a objetivação deste espírito que, comungado pelos papas coevos, haveria de atribuir aos reis de Portugal a bula *Romanus Pontifex*,⁴ a carta do imperialismo português no dizer do historiador inglês Charles Boxer.

Se os primeiros contactos comerciais eram feitos sem “língua” e, por isso, se denominou comércio *silencioso*, cedo os portugueses começaram a cativar os africanos a quem ensinavam o seu falar, tornando-os bilingues.

Como assinalam diversos autores, considerando contextos de colonização e períodos distintos, a aprendizagem das línguas locais foi, assim, condição *sine qua non* para o sucesso da expansão colonial. É assim que, seguidora destes critérios, toda a política expansionista dos reinados de D. Duarte e Afonso V enfatizava a prioridade de cativação, melhor, sedução de africanos que pudessem vir a ser “línguas”: dos mais extremos pontos alcançados, eram trazidos nativos para Portugal a quem, depois de batizados, era ensinada a língua portuguesa. Logo que dispunham dos conhecimentos tidos por necessários, retornavam à terra natal para servirem de intérpretes, sendo a sua ação extraordinariamente valorizada, já que eram peça fundamental na intermediação das transações comerciais e afins.

A “intermediação”, contudo, não se limitou a ser feita por autóctones das regiões limítrofes ou do próprio território. Neste papel, tiveram grande importância os *degredados* e os *arrenegados* (ou *chatins*), que aprendiam e traduziam as línguas indígenas e, conco-

4 A Bula *Romanus Pontifex* foi uma bula pontificia emitida pelo Papa Nicolau V para o Rei Afonso V de Portugal, datada de 8 de Janeiro de 1455. Neste documento, e na sequência da anterior bula *Dum Diversas* de 1452, o papa reconhecia ao reino de Portugal, seu rei e sucessores, o seguinte: a propriedade exclusiva de todas as ilhas, terras, portos e mares conquistados nas regiões que se estendem "desde o cabo Bojador e cabo Não (actual cabo Chaunar), ao longo de toda a Guiné e mais além, a sul ("*a capitibus de Bojador et de Nam usque per totam Guineam et ultra versus illam meridionalem plagam*")): o direito de continuar as conquistas contra muçulmanos e pagãos nesses territórios; e o direito de comerciar com os habitantes dos territórios conquistados e por conquistar, excepto os produtos tradicionalmente proibidos aos "infiéis": ferramentas de ferro, madeira para construção, cordas, navios e armaduras.

mitantemente, ensinavam a língua pátria. Além destes, e não menos importantes, foram os escravos-intérpretes —os *turgimões*— e, mais tarde, os *línguas* africanos livres e os *jurubassas* do Oriente.

Sendo que os portugueses foram os primeiros a frequentar as costas de África e a entrar em contacto com as tribos negras, nada mais natural que portugueses, do Minho ao Algarve —uns queriam *servir*, outros *ganhar honra*, terceiros embarcavam com a *esperança de proveito*; todos *servindo*, aproveitavam *em si* e acrescentavam em *sua honra* (Zurara, 1994)— fossem trocando o seu país pelas terras de além-mar e aí se fixassem e difundissem a língua materna. Outrossim, para isso concorreu a missão levada a cabo pelas várias ordens religiosas, com destaque para a dos jesuítas. Embora se tivessem espalhado pelas duas costas, a que ora aqui nos interessa é a ocidental, já que, mercê do seu fundo étnico bastante variado, foi nela que a maior parte das experiências comunicativas teve lugar: uma grande diversidade de tipos humanos ali habitava quando os portugueses, nesse seu obstinar as Navegações, deram em tecer, ao longo dela, aqui e ali, prolongamentos de um Portugal vencedor e criador de uma nova História.

Caso ímpar da difusão e irradiação da língua portuguesa em África foi o Reino do Congo para onde D. Manuel I de Portugal mandou *mestres de ler e escrever*, e, fruto disso, nasceu toda uma correspondência entre os chefes congolezes e os portugueses. Já antes, contudo, D. João II, antecessor de D. Manuel, mandara vir para o reino nativos do Congo, já não como cativos, mas sim como *estudantes*, ou como *bolseiros*, cujas despesas de *educação* eram suportadas pela Coroa.⁵ Educados no colégio do convento de Santo Elói, ou nos conventos dos

5 Provisão de el-rei D. João II para se pagarem á Congregação de S. Eloy as despesas feitas com os negros do Congo - 5 de abril de 1492: Nesta Provisão de 5 de abril de 1492 (que Fr. Francisco de Santa Maria dá como existente no cartório do convento de S. Eloy de Lisboa) ordenava el rei D. João II que se pagasse ao reitor, que então era desse convento, os gastos que até ali houvesse feito com os negros vindos do Congo, que nele estavam sendo educados. (Apesar de todas as diligencias, não foi possível descobrir este diploma no Arquivo Nacional) - Historia do Congo - obra posthuma do Visconde de Paiva Manso, sócio efectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa publicada pela mesma Academia – Lisboa, Typographia da Academia, 1877. In Full text of "Historia do Congo": http://www.archive.org/stream/historiadocongod00jorduoft/historiadocongod00jorduoft_djvu.txt

Loios ou de S. Bento, a sua instrução visava a fé cristã, a língua, e a criação de um sistema de intérpretes que operasse de forma eficiente. E os frutos foram evidentes: anos mais tarde, o português era a língua franca nas duas costas de África, falada com fluência e nobreza em muitos dos seus territórios, como podemos verificar, em 1551, pelo inglês Windham, que esteve na Guiné: *o rei de Benim falou em Português aos Ingleses, língua que ele tinha aprendido desde a infância*; ou, referindo-se à Guiné, em 1594, escrevia o capitão André Álvares de Almada: *Está nesta aldeia uma povoação de negros Sapes (...). O rei que hoje reina nela é cristão; chama-se Ventura de Sequeira; sabe ler e escrever por se criar na ilha de Santiago. Os mais dos negros da sua aldeia são cristãos; os meninos que nela nascem a todos manda baptizar e todas as noites se ensina a doutrina cristã em sua aldeia em voz alta, onde também acodem alguns filhos de alguns negros ladinos da terra, posto que não sejam cristãos.* (Neto, 1957: 131)

Este e outros aspetos dos reis portugueses, em relação à colonização, fizeram de África um caso muito peculiar no conjunto da *lusofonia*, não obstante a pouca atenção que o século XIX e parte do XX lhe prestaram.

3.

Pai [...] As armas e padrões portugueses, postos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartição das três partes da terra, materiais são, e podem o tempo gastar, però nam gastará doutrina, costumes, linguagem, que os Portugueses nestas terras leixárem.

Filho - Nam sei, lógo, qual será o português de tam errado juizo, pois é certo que mais pode durar um bom costume e vocábulo que um padrão, porque se nam preza mais leixar na Índia este nome, mercadoria, que trazer de lá beniága, cá é sinal de ser vencedor e nam vencido.

João de Barros, *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, 1540
(Tomás 1936: 432)

Como vimos, a ferramenta linguística de comunicação entre os habitantes das margens do mar Mediterrâneo, a língua árabe — talvez seja mais correto a *aljamia*— tornou-se ineficiente após a (ultra)passagem do cabo Bojador, em 1434. Começou-se, desde aí, aquilo que já referido como o *comércio silencioso*, seguindo-se o recurso aos intérpretes locais.

A chegada ao oceano Índico, porém, adocica os problemas anteriores: ao longo da costa ocidental africana, os portugueses encontraram uma bem organizada rede comercial, islamizada, e cidades importantes como Quíloa, Mombaça, Zanzibar, Pemba e outras, verdadeiros entrepostos comerciais em que se negociavam as especiarias do oriente vendíveis na Europa, através do norte de África, em que as línguas francas eram o *árabe* ou o *suaíli*.⁶

Na Ásia, porém, os problemas que puseram aos portugueses foram mais complexos e melindrosos: as populações já não se compunham de tribos bárbaras e *despolidas*, espalhadas por terras bravias, mas, ao invés, revelavam uma notável e antiquíssima civilização, de que Goa era um excelente exemplo.

O encontro dos portugueses com as línguas dos territórios asiáticos com que, progressivamente iam contactando, desde o Próximo Oriente até ao mais longínquo, à China e ao Japão, deu origem a fenómenos linguísticos distintos, todavia interligados.

Em primeiro lugar, para estabelecerem contactos com o *outro*, os portugueses foram obrigados a descodificar as mais importantes línguas das pequenas e grandes regiões: o concani, o malaiala, o tâmil, o malaio, o japonês, e outros, mostraram ser essenciais para a boa realização dos projetos portugueses de fixação no litoral da Ásia, que previam o domínio do comércio das especiarias e a difusão da religião cristã.

Diferente do que sucedera na costa africana, na Ásia, em vez de só ensinarem e difundirem a língua portuguesa, tiveram, também, os

6 O suaíli ou suaile (*Kiswahili*), também chamado de swahili ou kiswahili, é o idioma banto com o número maior de falantes. É uma das línguas oficiais do Quênia, da Tanzânia e de Uganda, embora os seus falantes nativos, os povos suaílis, sejam originários apenas das regiões costeiras do Oceano Índico. Para que se possa ter uma ideia da panóplia de línguas com a qual os portugueses tiveram de se deparar, avalia-se que, apenas na costa da Guiné, existissem cerca de 25 grupos linguísticos distintos; lidando, ao longo de parte da costa africana, com falantes de árabe, berbere, limba, temne, bagre, mandinga; mais tarde, banto e suaíli.

portugueses de apr(e)ender as línguas com que se iam confrontando. Neste processo de aprendizagem, muitos vocábulos asiáticos foram importados para a língua portuguesa, e vice-versa, permitindo —ou obrigando— a feitura de um *extenso glossário luso-asiático* (Dalgado, 1989:XLII e sgts.). Com isto, e por força do domínio exercido nos circuitos comerciais marítimos refletido na difusão da língua, o português passou a ser a *língua franca* do Oceano Índico nos séculos XVI e XVII. Não será despiciendo, também, evocar que esta disseminação da língua portuguesa contribuiu, sobretudo, onde a presença portuguesa mais se fazia sentir, para a formação de numerosos crioulos luso-asiáticos, e, outrossim, influenciou, acentuadamente, muitas dessas línguas asiáticas, adotantes que foram de centenas de vocábulos portugueses (Dalgado, 1989) .

Escrito assim, pode pensar-se que a presença dos portugueses na Ásia, a aprendizagem das línguas locais e o ensino da portuguesa, decorreram num mar de rosas. Mas não. Muitas foram as dificuldades tidas e sentidas, pois não pode olvidar-se que os portugueses entraram em terrenos minados pelos comerciantes árabes, até então monopolizantes dos circuitos comerciais das especiarias entre oriente e ocidente; relembre-se, igualmente, que, para se impor, Portugal foi um país ocupante.

Nos primeiros anos após a chegada de Vasco da Gama à Índia, isto é, nos primeiros contactos com determinadas regiões e antes dos quadros portugueses terem obtido as capacidades linguísticas necessárias à função de contactos com o *outro*, recorreu-se, por sistema, à utilização de intérpretes locais, recrutados de acordo com as necessidades e as oportunidades: por um lado, precisavam os portugueses de contactar com as autoridades políticas e administrativas locais e com as comunidades de mercadores; por outro, necessitavam de obter informações sobre as sociedades e culturas asiáticas. Nestes contactos, intervinham, normalmente, três línguas: a portuguesa, a da região ou dos indivíduos a contactar, e a dos intérpretes utilizados, normalmente o árabe ou algum dialeto mediterrânico, de preferência italiano.

Aparentemente, este método de comunicação com o *outro* era eficaz. Todavia, algumas vezes houve em que a comunicação não foi frutífera; antes pelo contrário, acarretou graves problemas aos portugueses, sobretudo porque as capacidades linguísticas dos intérpretes

eram deficitárias, dando azo a mal-entendidos e confusões, algumas de ordem diplomática. Esta incapacidade, porém, foi rapidamente ultrapassada, pois, por razões de vária ordem, alguns portugueses dedicaram-se ao estudo das línguas orientais e fizeram escola junto dos seus.

No contexto asiático, Goa e Macau assumiram papéis preponderantes de intermediação comercial e cultural. Macau é, na verdade, um *monumento* da tolerância das gentes da China e da tenacidade dos portugueses, tendo sido um dos focos da irradiação da cultura ocidental e da difusão da fé cristã, devendo evidenciar-se o papel desempenhado pelas congregações religiosas, principalmente a jesuítica nesse sentido. Porém, Goa, que, pelo seu posicionamento geográfico, pode considerar-se o coração da Índia, foi a *chave* e base das várias *culturas* portuguesas em jogo: política, comercial e religiosa. Não estranha, por isso, que tenha despertado a atenção do génio de Afonso de Albuquerque, que entendeu ser necessário a sua conquista para um domínio eficaz e duradouro dos caminhos marítimos e das zonas de mercancia. Mais do que a simples conquista pelas armas, pareceu a Albuquerque ser necessário criar um pequeno núcleo, forte e sólido, de profundas raízes portuguesas. Pensou-o e conseguiu-o.

Com a chegada dos primeiros jesuítas a Goa, em 1542, deu-se início a uma outra fase do processo de *descodificação* e aprendizagem das línguas orientais, pois o projeto de missionação da Companhia de Jesus tornou obrigatório, para os seus membros, o estudo a fundo da *língua* e dos *costumes* dos povos para onde enviados em missão. Foi, na verdade, uma reviravolta no conceito da interpretação: nascia, assim, o interesse português, e europeu, pelas línguas asiáticas, que não parou de crescer, na segunda metade do século XVI, e Goa foi o grande foco irradiador.

A região asiática que mais entusiasmo despertou nos meios ultramarinos da Companhia de Jesus foi o Japão, onde o cristianismo se espalhou a um ritmo invulgarmente rápido.

Logo após a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, os portugueses, não só para cristianizar, mas, sobretudo, para comercializar e descobrir riquezas, traçam novas rotas, contactam novos povos. Chegam ao Japão em 1543 e, pela primeira vez, põem em contacto o país dos samurais com o Ocidente. Diz-se que quando a primeira nau acostou em Tanegashima foi um *chinês* de nome Goshô quem serviu de intérprete. No manuscrito *História da Igreja*

do Japão, compilado em meados do século XVI, pode ler-se que “Os Portuguezes se não entendiam com a gente da terra por não terem interprete, e so com as balanças e pezos se negociavam em lugar de lingoa para venderem algumas couzas” (Paiva, 2008:40). Todavia, posteriormente, com a vinda das naus, em cada ano, um certo número de marinheiros aprendeu a língua. Em 1546, outro navio português visita o Japão, e, no regresso, traz um novo passageiro. Trata-se de Anjiro, um samurai fugitivo que, em Malaca, vai ser apresentado ao padre Francisco Xavier, mais tarde canonizado, e é enviado para o colégio de s. Paulo, em Goa, para estudar a religião cristã e a língua portuguesa, tornando-se, assim, o primeiro cristão japonês. É este Anjiro que, durante a sua permanência em Goa, vai traduzir alguns materiais para japonês, nomeadamente o Catecismo e, mais tarde, vai ser o intérprete e tradutor de S. Francisco Xavier na sua evangelização por terras nipónicas.

Fruto do interesse dos jesuítas, os estudos da língua nipónica conheceram um grande desenvolvimento para poderem dar resposta às necessidades dos missionários, tendo-se elaborado alguns esboços de gramáticas e publicado livros como o *Vocabulário da Língua de Iapam com a declaração em Portugues*, e *Arte da Língua de Iapam*.

Em súpula: Durante os séculos XVI e XVII, a língua dos portugueses propagou-se por todo o Oriente, extensa e intensivamente, abrangendo todo o litoral asiático, desde a península arábica até ao Japão e à Insulíndia,⁷ sendo, ainda hoje, falada em numerosos pontos da Ásia, e tendo deixado traços indelévelis em muitas línguas orientais; e difundiu-se, de modo peculiar, por três vias: missionação, comércio e dominação política (ou político-militar). Nas zonas em que Portugal estabeleceu as suas fortalezas e feitorias, casos de Goa, Macau ou Malaca, o português tornou-se língua de referência, se não dominante, continuando ainda a ser falado por luso-descendentes e dando origem a crioulos como o *papiá cristão*

7 A Insulíndia, também conhecida por Insulásia e arquipélago malaio, é um vasto e numeroso grupo de ilhas situado entre o continente do Sudeste Asiático e a Austrália, na região da Austronésia. Localizado entre os oceanos Índico e Pacífico, este grupo de mais de 20.000 ilhas é o maior arquipélago do mundo por área. As ilhas dividem-se por territórios da Indonésia, Filipinas, Singapura, Brunei, Malásia e Timor-Leste.

de Malaca ou o *patoá* de Macau. Batendo-se com o *mandarim*, foi *língua franca* da Ásia marítima ao longo de Quinhentos e Seiscentos; enriqueceu muitas línguas asiáticas.

Tinha razão João de Barros ao prever, na sua *gramática* que, muito tempo depois de desaparecerem os símbolos materiais da presença na Ásia, seja os padrões e as fortalezas, a língua e a cultura dos portugueses durariam e continuariam a ser lembradas pelas gentes do Oriente.

4.

“De África tem marítimos assentos;
É na Ásia mais que todos soberana;
Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara.”

Os Lusíadas, VII-14

Não terá sido fácil a comunicação com o *outro* nas costas bárbaras da África ocidental nem até mesmo na sua costa oriental; menos o foi já na Ásia. Mas, bem ou menos bem preparados, o certo é que os intérpretes tinham, pelo menos, conhecimentos básicos para o entendimento do que queriam transmitir ou saber. No Brasil, porém, não foi assim: os portugueses encontraram, à sua chegada, um povo multifacetado, multicultural, a viver como na Idade da Pedra, entre a passagem do Paleolítico para o Neolítico. Não se estranha. Por isso, que a primeira comunicação entre os *achadores* e os *achados* tenha sido feita através de uma linguagem significativa e quase dramatizada.

No dizer de Claude Lévi-Strauss (1991: 16), antropologicamente falando, a abertura ao *outro* proveio, sobretudo, do lado ameríndio e não dos brancos, animados que estavam de “disposições muito contrárias». A descoberta do *outro* faz supor uma descoberta de *si mesmo* (Ricoeur, 1991). É preciso surpreendê-la na relação que se tece no momento em que o face a face tem lugar.

Dos primeiros contatos entre portugueses e *índios*, dispomos, felizmente, de alguns testemunhos que permitem reconstituir esse *momento único* que foi o da primeira abordagem pelos nautas *achadores* de terras e às gentes *aborígenes*. No que ao Brasil concerne, lembramos, aqui, a carta de Pêro Vaz de Caminha, escrivão de Pedro Álvares Cabral, enviada ao rei D. Manuel I a dar novas

sobre o *achamento* de novas terras, e escrita ao vivo nos dias que se lhe seguiram. Esta Carta, o primeiro documento registado acerca do Brasil, é um precioso documento, descritivo e narrativo, detalhado e preciso, desse inolvidável acontecimento, acompanhado de comentários sobre as peripécias que polvilharam as primeiras relações entre portugueses e *ameríndios* na «*Terra de Vera Cruz*», nome dado por Cabral a essa «terra nova», quando não sabia ainda se era mais uma ilha a emergir no oceano ou um vasto continente.

Respiguemos algumas passagens⁸:

E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos. E dali avistamos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhe um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um deles lhe arremessou um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas, como de papagaio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que querem parecer de aljôfar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. (...)

8 Excertos da carta de Pêro Vaz de Caminha com a ortografia atualizada, e destaques nossos.

E estando Afonso Lopez, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, foi, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meter-se logo no esqui-fe a sondar o porto dentro. E tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. Um deles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitaina, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescoço. E Sancho de Tovar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com ele íamos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar ao Capitão; nem a alguém. *Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata. (...)*

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o Capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão *e acenaram para a terra, como se os houvesse ali.*

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dele.

Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quase nada; e se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram dele nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma albarrada, *provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bocas e lançaram-na fora.*

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; *fez sinal* que lhas dessem, e *folgou* muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos! *Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não havíamos de dar!* E depois tornou as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. (...)

E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fossem em terra e levassem aqueles dois homens, e os deixassem ir com seu arco e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com eles, *para lá ficar*, um mancebo degredado, criado de dom João Telo, de nome *Afonso Ribeiro*, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho. Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo perto de duzentos homens, todos nus, com arcos e setas nas mãos. *Aqueles que nós levamos acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos.* E eles os depuseram.

Levava Nicolau Coelho cascavéis⁹ e manilhas¹⁰. E a uns dava um cascavel, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela encarna quase que nos queriam dar a mão.

9 Guizos. Bugigangas.

10 Argolas abertas para adorno dos pulsos.

Passaram além tantos dos nossos e andaram assim misturados com eles, que eles se esquivavam, e afastavam-se; e iam alguns para cima, onde outros estavam. E então o Capitão fez que o tomassem ao colo dois homens e passou o rio, e fez tornar a todos. A gente que ali estava não seria mais que aquela do costume. Mas logo que o Capitão chamou todos para trás, alguns se chegaram a ele, não por o reconhecerem por Senhor, mas porque a gente, nossa, já passava para aquém do rio. Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas, daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, de tal maneira que os nossos levavam dali para as naus muitos arcos, e setas e contas. E então tornou-se o Capitão para aquém do rio. E logo acudiram muitos à beira dele. (...)

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra.

Trazia este velho o beijo tão furado que lhe cabia pelo buraco um grosso dedo polegar. E trazia metido no buraco uma pedra verde, de nenhum valor, que fechava por fora aquele buraco. E o Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela para a boca do Capitão para lha meter. Estivemos rindo um pouco e dizendo chalaças sobre isso. E então enfadou-se o Capitão, e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho; não por ela valer alguma coisa, mas para amostra. E depois houve-a o Capitão, creio, para mandar com as outras coisas a Vossa Alteza. (...)

E além do rio andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Dias, que fora almoxarife de Sacavém, o qual é homem gracioso e de prazer. E levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se a dançar com

eles, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo os segurou e afagou muito, tomavam logo uma esquiviza como de animais montezes, e foram-se para cima. (...)

Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pagem; e Aires Gomes a outro, pagem também. Os que o Capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos — o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar. (...)

(...) viemos às naus a comer, onde o Capitão trouxe consigo aquele mesmo que fez aos outros aquele gesto para o altar e para o céu, (e um seu irmão com ele). A aquele fez muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa destoutras. (...)

Creio, Senhor, que, com *estes dois degredados* que aqui ficam, ficarão *mais dois grumetes*, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais. E cremos que ficarão aqui porque de manhã, prazendo a Deus fazemos nossa partida daqui.

Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pou-

sada para essa navegação de Calecute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!

Como podemos deduzir, esta carta tornar-se-ia, como lapidamente a caracterizou Jaime Cortesão, o «*auto oficial do nascimento do Brasil e do Novo Mundo*» (Cortesão, 1967: 129). Só que este seu significado emblemático deve-o ela, não tão-somente ao relato dos factos, mas também à linguagem em que está escrita, o que, para além do seu estatuto histórico, configura um texto de inquestionável valia literária. E se na descrição da natureza luxuriante do que se julgava ser uma ilha é relativamente sóbrio, já no modo de descrever as atitudes e os traços físicos, psicossociológicos e culturais dos *aborígenes*, Pêro Vaz de Caminha alonga-se em minúcias de observação, mostrando como reagem à presença imprevista de estranhos, irrompendo do espaço talássico; é, antes de mais, sobre os corpos dos *ameríndios* e *ameríndias* que incide o olhar atento e fascinado do escrevente.

Sentindo que a sociabilidade dos indígenas era evidente, dado que aceitavam misturar-se com os navegadores durante o dia e mesmo dormir a bordo, Caminha parece traçar já um esboço da mestiçagem cultural, e física, sem perda da identidade das duas partes: os portugueses mostravam-se dispostos a incentivá-la, ao deixarem alguns proscritos em terra, aos quais se juntaram dois grumetes em fuga.

Através da leitura da Carta, ficamos a saber que Pedro Álvares Cabral deixou, no Brasil, dois degredados para estudarem a *língua* e os *costumes* dos *índios*, abdicando de levar consigo alguns *cativos*. Além destes dois *lançados*, fica a notícia de que dois grumetes que desertaram também por lá ficaram.

Apetecendo o Brasil como território a explorar, outras viagens se seguiram, e outros degredados foram *lançados*. Dentre eles, ficaram conhecidos Diogo Álvares, o *Caramuru*, João Ramalho, “Bacharel de Cananeia”, e muitos outros anónimos, conforme carta de D. Manuel I a D. Fernando de Espanha, em 1505 (Vainfas, 2000: 19/20).

Os *degredados* deixados por Cabral, no Brasil, foram resgatados pela expedição de Gonçalo Coelho, de 1501-1502, tendo relatado o conhecimento adquirido no convívio com os indígenas, tendo

sido Afonso Ribeiro considerado como “*mui destro na língua dos índios*”(Coelho, 1985: 38). De resto, havia sido ele um dos degredados que fazia parte do grupo que, por várias vezes, havia sido enviado por Pedro Alvares Cabral à *aldeia* dos índios, e inclusive com ordens de lá pernoitar, no que foram mal sucedidos. Em contrapartida, estes *línguas*, melhor, *intérpretes*, tal como muitos de outros *lançados*, foram bem sucedidos na vida, chegando a atingir postos de relevo na administração da colónia. Mal ficaria se não referíssemos, aqui, também, para a tradução, difusão e unidade da língua portuguesa, na colónia, a ação dos missionários que, *dilatando a fé*, a ensinavam, ao mesmo tempo que aprendiam o *tupi*, falado mais ou menos uniformemente pelos *ameríndios* da costa, e até as *línguas travadas*, do interior, que a generalidade dos colonos tinha dificuldade em entender.

5. Conclusão

O povo português é, essencialmente, cosmopolita.
Nunca um verdadeiro português foi português:
foi sempre tudo.

Fernando Pessoa - *Portugal Entre Passado e Futuro*

Uma língua que viajou com a História, forjada e trabalhada durante mais de um milénio por sucessivas experiências coletivas, desenvolvidas com as Navegações em todos os Continentes, uma língua que está constantemente enriquecida pela produção de várias literaturas e oralidades, é pertença de todos aqueles que a entendem, a falam e a escrevem (Coelho, 1985: 38).

Na sua expansão, temos de encarar vários aspetos de que um dos não menos importantes é a utilização dos *línguas*, cuja preparação cuidadosa, apoiada pela realeza, supria as deficiências dos primeiros contactos com povos de outras crenças e de outras culturas. Outrossim, não podemos esquecer a atuação e o apoio das ordens religiosas, com especial realce para a dos jesuítas, sempre presentes e atuantes no ensino da língua portuguesa e aprendizagem da dos povos indígenas, tal como não podemos pôr de parte a expansão, por meio

de simples contactos e intercomunicação, com os mercadores entregues à vida de lucros, e os aventureiros à procura de emoções novas.

Podemos, desta forma, concluir que o domínio linguístico português é o reflexo da Cultura Portuguesa; “cultura admiravelmente plástica, que soube adaptar-se sem perder-se, condescender sem trair-se”; que transplantou laços culturais de uns continentes para outros, criando “uma unidade para além dos espaços, para além do tempo e até mesmo para além das soberanias” (Neto, 1980: 273).

Relembrando Pessoa,

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse.
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.
Do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez,
Senhor, falta cumprir-se Portugal!

Fernando Pessoa – *Mensagem (O Infante)*

Referencias bibliográficas

- BARRETO, Luís Filipe. 1999. *Ap(e)nder a Ásia* (séculos XVI e XVII). En: *O Orientalismo em Portugal*. Porto: CNCDP, 1999.
- BARROS, João de. 1540. *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*- Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiui Typographum, 1540.
- BARROS, João de. 1496-1570. *Gramática da Língua Portuguesa*, 3. ed. Organizada por José Pedro Machado, Lisboa [s.n.], 1957.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1991. *A viagem e a fala*. “Revista Prelo”, Vol. 19 (Viagens). Lisboa: INCM, 1991.
- COELHO, Jacinto Prado. 1985. *Actas do Congresso sobre a Situação da Língua Portuguesa no Mundo*. Vol. I, Lisboa: ICALP, 1985.
- CORTESÃO, Jaime. 1967. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália Editora, 1967.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. 1988. *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols. Nova Delhi: Asian Educational Services, 1988.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. 1989. *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, 2. ed. Lisboa: Escher, 1989.
- FERREIRA, Vergílio. 1999. *Espaço do Invisível 5*. Lisboa: Bertrand, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1991. *Histoire de Lynx*. Paris: Plon, 1991.
- MANSO, Visconde de Paiva. 1877. *História do Congo*. Lisboa: Typographia da Academia, 1877. [Disponível em linha: http://www.archive.org/stream/historiadocongod00jor-duoft/historiadocongod00jor-duoft_djvu.txt]
- NETO, Serafim da Silva Neto. 1957. *Breves Notas para o estudo da Expansão da Língua Portuguesa em África e Ásia*. Separata da *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, Vol. XXII. Lisboa, 1957.
- NETO, Serafim da Silva. 1980. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1980.
- OLIVEIRA, Fernando. 1975. *Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1975.
- PAIVA, Maria Manuela Gomes. 2008. *Traduzir em Macau*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.
- RICOEUR, Paul. 1991. *Soi-même comme un Autre*. Paris: Le Seuil, 1991.
- RODRIGUES, Bernardo. 1915-1919. *Anais de Arzila*, crónica inédita do séc. XVI / publicada sob a direção de David Lopes.

- Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919.
- TODOROV, Tzvetan. 1982. *La Conquête de L'Amérique. La Question de l'Autre*. Paris: Le Seuil, 1982.
- TOMÁS, Maria Isabel. 1936. *A Viagem das Palavras*. Porto: Portucaleense Editora, 1936.
- VAINFAS, Ronaldo (coord.). 2000. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- ZUZARA, Gomes Eanes. 1994. *Crônica de Guiné*. Lisboa: Civilização, 1994.